

1.7.2.8.03.0.0.00.00.00	Transferência de Recursos do Estado para Programas de Saúde – Repasse Fundo a Fundo	9.102.141,89	10.135.330,14	9.924.146,32	10.313.172,86	10.684.447,09
1.7.2.8.10.0.0.00.00.00	Transferência de Convênios dos Estados e do Distrito Federal e de Suas Entidades	307.989,84	422.215,74	519.251,36	539.566,61	557.955,22
1.7.2.8.99.0.0.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	-	-	-	-	-
1.7.3.0.0.0.0.00.00.00	Transferências dos Municípios e de suas Entidades	4.615.813,99	4.836.065,62	5.075.450,87	5.274.409,54	5.464.287,26
1.7.4.0.0.0.0.00.00.00	Transferências de Instituições Privadas	1.039.719,77	1.457.493,86	1.457.493,86	1.514.627,62	1.569.154,21
1.7.5.0.0.1.1.00.00.00	Transferências de Recursos do FUNDEB - Principal	47.077.072,24	48.294.970,24	49.294.970,24	62.164.547,60	53.999.692,26
1.7.6.0.0.0.0.00.00.00	Transferências do Exterior	-	-	-	-	-
1.7.7.0.0.0.0.00.00.00	Transferências de Pessoas Físicas	800.949,58	380.640,56	399.482,27	415.141,97	430.087,09
1.9.0.0.0.0.00.00.00	Outras Receitas Correntes	2.976.460,29	2.113.727,48	2.070.145,36	2.178.828,06	2.257.265,46
1.9.1.0.0.0.0.00.00.00	Medias Administrativas, Contratuais e Judiciais	364.001,39	356.765,41	461.218,60	478.298,46	496.563,20
1.9.2.0.0.0.0.00.00.00	Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	1.028.162,39	450.276,64	450.637,40	468.392,39	485.131,27
1.9.2.0.1.0.0.00.00	Resolução de Convênios - Financeiras	368.959,19	231.426,64	231.788,90	240.872,99	248.544,37
1.9.2.0.2.0.0.00.00	Outras Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	1.259.204,17	218.850,00	218.850,50	227.420,40	236.586,90
1.9.3.0.0.0.0.00.00.00	Demais Receitas Correntes	986.295,50	1.306.685,41	1.155.289,28	1.231.227,21	1.275.551,39
1.9.9.0.0.0.0.00.00.00	Compensações Financeiras entre o Regime Geral e os Regimes Próprios de Previdência dos Servidores	-	-	-	-	-
1.9.9.0.06.0.0.00.00.00	Contribuição de Subvenções ou Subsídios	-	-	-	-	-
1.9.9.0.1.1.0.0.00.00.00	Variacao Cambial	-	-	-	-	-
1.9.9.0.12.0.0.00.00.00	Empenhos Legais pela Inscrição em Dívida Aliva e Receitas do Ônus de Sucumbência	-	-	-	-	-
1.9.9.0.99.0.0.00.00.00	Outras Receitas Financeiras	-	-	-	-	-
1.9.9.0.99.0.0.00.00.00	Outras Receitas (demais receitas diversas)	986.295,50	1.306.685,41	1.158.289,28	1.231.227,21	1.275.551,39
2.0.0.0.0.0.0.00.00.00	Receitas de Capital	26.912.935,07	2.087.909,07	5.000.000,00	-	-
2.1.0.0.0.0.0.00.00.00	Operações de Crédito	19.500.000,00	995.970,00	5.000.000,00	-	-
2.2.1.0.0.1.0.00.00.00	Alienação de Bens	-	-	-	-	-
2.2.1.0.0.1.1.00.00.00	Alienação de Investimentos Temporários	-	-	-	-	-
2.2.1.0.0.1.2.00.00.00	Alienação de Investimentos Permanentes	-	-	-	-	-
2.2.2.0.0.0.0.00.00.00	Alienação de Bens Móveis	4.689.287,02	996.970,00	-	-	-
2.2.2.0.0.0.0.00.00.00	Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-	-
2.3.0.0.0.0.0.00.00.00	Amortização de Empréstimos	-	-	5.000.000,00	-	-
2.4.0.0.0.0.0.00.00.00	Transferências de Capital	2.723.649,05	1.090.939,07	-	-	-
2.4.1.0.0.0.0.00.00.00	Transferências da União e de suas Entidades	2.254.812,39	1.090.939,07	-	-	-
2.4.2.0.0.0.0.00.00.00	Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	468.836,66	-	-	-	-
2.4.3.0.0.0.0.00.00.00	Transferências dos Municípios e de suas Entidades	-	-	-	-	-
2.4.4.0.0.0.0.00.00.00	Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-	-
2.4.5.0.0.0.0.00.00.00	Transferências de Outras Instituições Públicas	-	-	-	-	-
2.4.6.0.0.0.0.00.00.00	Transferências do Exterior	-	-	-	-	-
2.4.7.0.0.0.0.00.00.00	Transferências de Pessoas Físicas	-	-	-	-	-
2.9.0.0.0.0.00.00.00	Outras Receitas de Capital	-	-	-	-	-
2.9.9.0.0.0.1.01.00.00	Outras Receitas Diretamente Arrecadadas pelo RPPS - Principal	-	-	-	-	-
2.9.9.0.0.0.1.02.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	-	-	-	-	-
7.0.0.0.0.0.0.00.00.00	Receitas Correntes Intraorçamentárias	2.004.445,58	-	-	-	-
7.0.0.0.0.0.0.00.00.00	Receitas Correntes Intraorçamentárias - RPPS	-	-	-	-	-
7.0.0.0.0.0.0.00.00.00	Receitas Correntes Intraorçamentárias - Outras	2.904.445,58	-	-	-	-
8.0.0.0.0.0.0.00.00.00	Receitas de Capital Intraorçamentárias	-	-	-	-	-
8.0.0.0.0.0.0.00.00.00	Receitas de Capital Intraorçamentárias - RPPS	-	-	-	-	-
8.0.0.0.0.0.0.00.00.00	Receitas de Capital Intraorçamentárias - Outras	-	-	-	-	-
9.0.0.0.0.0.0.00.00.00	(R) Deduções da Receita	-	-	-	-	-
9.1.1.0.0.0.0.00.00.00	Deduções da Receita de Impostos (digitar com sinal negativo)	33.384.304,37	33.726.399,90	36.272.826,83	36.681.099,46	38.594.687,17
9.1.7.0.0.0.0.00.00.00	Deduções para o FUNDEB	(5.015.667,07)	(3.660.113,72)	3.301.960,82	3.431.314,55	3.554.841,67
9.1.0.0.0.0.0.00.00.00	Demais Deduções da Receita Corrente - Exceto Rend Negativo do RPPS (digitar com sinal negativo)	(28.368.639,30)	(30.065.266,18)	(31.970.946,01)	(33.248.783,91)	(35.029.845,29)
9.2.0.0.0.0.0.00.00.00	Demais Deduções da Receita de Capital (digitar com sinal negativo)	-	-	-	-	-
TOTAL DAS RECEITAS ARRECADADAS						
		306.156.752,21	294.325.806,91	312.326.418,76	310.262.286,05	326.603.283,38

Município de : Vacaria
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2024
 Memória de Cálculo das Estimativas de Pagamento das Despesas - Inclusive Restos a Pagar

CONTAS	Valores em R\$ 1,00			
	PAGA 2022	PAGA(estim)	PROJETADO 2024	PROJETADO 2026
CONSOLIDADAS ANUAIS				
DESPESAS CORRENTES				
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS				
Pessoal - Executivo / Indiretas	258.167.598,08	265.280.602,96	287.637.728,68	294.226.514,94
Pessoal - Legislativo	111.408.179,56	126.373.126,57	133.699.230,17	137.660.363,59
Pessoal do R P P S	105.063.074,58	119.126.776,14	126.896.274,12	130.175.187,46
Pessoal - Restos a Pagar Pagos	4.639.376,88	5.273.214,32	6.802.966,05	7.385.168,12
Despesas Com Pessoal - INTRAORÇAMENTARIAS	1.705.728,10	1.973.136,11	-	-
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA				
Juros e Encargos da Dívida - Executiv / Indiretas	4.005.918,60	4.557.879,18	4.732.702,30	5.111.318,48
Juros e Encargos da Dívida - Legislativo	4.005.918,60	4.557.879,18	4.732.702,30	5.111.318,48
Juros e encargos da Dívida - Restos a Pagar Pagos	-	-	-	-
Juros e encargos da Dívida - INTRAORÇAMENTÁRIAS	-	-	-	-
OUTRAS DESPESAS CORRENTES				
Outras Despesas Correntes - Executiv	142.763.499,92	134.349.697,21	149.205.796,11	151.664.842,87
Outras Despesas Correntes - Legislativo	132.740.892,30	122.956.121,60	147.959.628,40	149.795.612,18
Outras Despesas Correntes - RPPS	977.271,12	1.042.636,12	1.247.167,71	1.769.230,70
Outras Despesas Correntes - Restos a Pagar Pagos	9.036.346,50	10.350.839,49	-	-
Outras Despesas Correntes - INTRAORÇAMENTÁRIAS	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL				
INVESTIMENTOS				
Investimentos - Executiv / Indiretas	48.610.295,42	29.046.203,95	24.688.690,18	24.036.771,11
Investimentos - Legislativo	46.268.085,05	24.738.382,81	19.818.601,94	18.974.775,34
Investimentos - RPPS	31.144.238,29	15.652.466,54	19.444.813,34	18.169.544,06
Investimentos - Restos a Pagar Pagos	56.064,90	8.511,58	673.788,60	805.231,28
Investimentos - INTRAORÇAMENTÁRIAS	15.067.781,86	9.077.405,69	-	-
INVERSÕES FINANCEIRAS				
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-	-	-
Outras Inversões Financeiras - Executiv / Indiretas	-	-	-	-
Outras Inversões Financeiras - Legislativo	-	-	-	-
Outras Inversões Financeiras - Restos a Pagar Pagos	-	-	-	-
Inversões Financeiras - INTRAORÇAMENTÁRIAS	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA				
Amortização da Dívida - Executiv / Indiretas	2.352.210,37	4.306.821,14	4.870.088,24	5.060.996,77
Amortização da Dívida - Legislativo	2.352.210,37	4.306.821,14	4.870.088,24	5.060.996,77
Amortização da Dívida - RPPS	-	-	-	-
Amortização da Dívida - Restos a Pagar Pagos	-	-	-	-
Amortização da Dívida - INTRAORÇAMENTÁRIAS	-	-	-	-
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO / RESERVA - SEM RPPS				
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO / RESERVA DO RPPS				
TOTAL DAS DESPESAS	306.777.893,50	294.325.806,91	312.326.418,76	318.262.286,05
				326.803.283,38

Município de : Vacaria
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2024
Tabela 03 - Estimativas para a Receita Corrente Líquida
Apuração Conforme a Instrução Normativa nº 04/2021, do TCE/RS

ESPECIFICAÇÃO	2024	2025	2026
I - RECEITAS CORRENTES (Exceto Intraorçamentárias)	342.599.245,59	354.943.384,51	365.387.970,54
II - DEDUÇÕES	3.301.880,82	3.431.314,55	3.554.841,87
Contribuições Previdenciárias do Regime Próprio	-	-	-
Compensação Financeira entre Regimes	-	-	-
Rendimentos de Aplicações de Rec.Previdenciários	-	-	-
Deduções da Receita Corrente	3.301.880,82	3.431.314,55	3.554.841,87
III - (+) Ajuste Perdas com o Fundeb	- 31.970.946,01	- 33.249.783,91	- 35.029.845,29
IV - RECEITA CORRENTE LÍQUIDA PREVISTA (I-II+III)	307.326.418,76	318.262.286,05	326.803.283,38

Município de : Vacaria

Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2024

Tabela 04 - Estimativa de Limites de Gastos com Pessoal do Poder Executivo e Legislativo para o período de 2023 a 2025

PODER EXECUTIVO			
	2023	2024	2025
Limite Máximo Legal - 54 % da RCL (alínea "b" do inciso III do artigo 20 da LRF)	165.956.266,13	171.861.634,47	176.473.773,02
Limite Prudencial - 51,30 % da RCL (parágrafo único do artigo 22 da LRF)	157.658.452,82	163.268.552,74	167.650.084,37
Limite de Alerta - 48,60 % da RCL (inciso II do § 1º do artigo 59 da LRF)	149.360.639,52	154.675.471,02	158.826.395,72

PODER LEGISLATIVO			
	2023	2024	2025
Limite Máximo Legal - 6 % da RCL (alínea "b" do inciso III do artigo 20 da LRF)	18.439.585,13	19.095.737,16	19.608.197,00
Limite Prudencial - 5,70 % da RCL (parágrafo único do artigo 22 da LRF)	17.517.605,87	18.140.950,30	18.627.787,15
Limite de Alerta - 5,40 % da RCL (inciso II do § 1º do artigo 59 da LRF)	16.595.626,61	17.186.163,45	17.647.377,30

O objetivo do demonstrativo é evidenciar, com base na Receita Corrente Líquida prevista, os limites Legal, Prudencial e de Alerta para as Despesas com Pessoal do Poder Executivo e Legislativo.

a) quando as despesas com pessoal superarem, respectivamente, 48,60% e 5,40% da RCL no Poder Executivo e Legislativo, caberá a emissão do alerta de que trata o inciso II do § 1º do artigo 59;

b) o limite prudencial corresponde a 51,30% e 5,70% da RCL, respectivamente no Executivo e Legislativo. Quando superado, e de acordo com o estipulado no parágrafo único do artigo 22 c/c alínea "a" do inciso III do artigo 20, ambos da LRF, e coloca o respectivo poder ao alcance das seguintes vedações:

I - concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do artigo 37 da Constituição;

II - criação de cargo, emprego ou função;

III - alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;

IV - provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança;

V - contratação de hora extra, salvo no caso do disposto no inciso II do § 6º do artigo 57 da Constituição e as situações previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

c) Já quando superado o limite legal, de 6% no Legislativo e de 54% no caso do Executivo, além das vedações previstas no parágrafo único do art. 22 da LRF, o Poder que houver incidido no excesso deverá adotar providências para a eliminação do percentual excedente no prazo e condições estabelecidas nos §§ 1º e 2º e do caput do artigo 23, e o Município sujeito às restrições dos §§ 3º e 4º do mesmo artigo, todos da LRF.

Município de : Vacaria
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2023
 TABELA 05 - Demonstrativo da Evolução da Dívida Consolidada Líquida

Exercício	2.021	2.022	2.023	2.024	2.025	2.026
	Saldo	Saldo	Reestimativa	Previsão (Saldo Médio)	Previsão (Saldo Médio)	Previsão (Saldo Médio)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	22.764.836,02	39.705.057,08	37.073.759,29	33.181.217,46	36.653.344,61	35.636.107,12
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Dívida Contratual (inclusive parcelamentos)	18.910.397,46	36.869.659,23	34.716.248,66	30.165.435,12	33.917.114,34	32.932.932,70
Precatórios posteriores a 05-05-2000	3.854.438,56	2.835.397,85	2.357.510,63	3.015.782,35	2.736.230,28	2.703.174,42
DISPONIBILIDADES DE CAIXA (II)	63.899.307,96	60.370.514,87	68.464.476,65	64.244.766,49	64.359.919,34	65.689.720,83
Disponibilidade da Caixa Bruta	67.857.844,10	66.767.839,55	75.706.752,08	70.110.811,91	70.861.801,18	72.226.455,06
(-) Restos a Pagar Processados	3.958.536,14	6.397.324,68	7.242.275,43	5.866.045,42	6.501.881,84	6.536.734,23
Demais Haveres Financeiros	-	-	-	-	-	-
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III = I - II)	(41.134.471,94)	(20.665.457,79)	(31.390.717,36)	(31.063.549,03)	(27.706.574,73)	(30.053.613,71)

Cronograma Anual de Operações de Crédito e de Amortização e Serviço da Dívida

Valores em R\$

Operações de Crédito / Pagamentos	2.021	2.022	2.023	2.024	2.025	2.026
	Realizado	Realizado	Reestimativa	Previsão	Previsão	Previsão
2.1 - Operações de Crédito	-	19.500.000,00	-	-	-	-
2.2 Encargos - Exceto RPPS	1.302.019,81	4.005.918,60	4.557.879,18	4.732.702,30	5.111.318,48	5.494.667,37
2.3 Amortizações - Exceto RPPS	1.315.927,56	2.352.210,37	4.306.821,14	4.870.088,24	5.060.995,77	5.243.191,27

Fonte: Sistema <Nome>, Unidade Responsável <Nome>, Data da emissão <dd/mm/aaaa> e hora de emissão <hh e mmm>

Dívida Pública Consolidada – É o montante total apurado:

- das obrigações financeiras do Município, inclusive as decorrentes de emissão de títulos, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados;
- das obrigações financeiras do Município, assumidas em virtude da realização de operações de crédito para amortização em prazo superior a doze meses ou que, embora de prazo inferior a doze meses, tenham constado como receitas no orçamento;
- dos precatórios judiciais emitidos a partir de 5 de maio de 2000 e não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos.

Dívida Consolidada Líquida – DCL – Corresponde à dívida pública consolidada menos as deduções, que compreendem o ativo disponível e os haveres financeiros, líquidos dos Restos a Pagar Processados.

Município de : Vacaria

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2024

TABELA 06 - Demonstrativo da Memória de Cálculo do Resultado Primário e Nominal - ACIMA DA LINHA

RECEITAS PRIMÁRIAS	2.022	2.023	2.024	2.025	2.026	2.027
	Arrecadação	Arrecadação	Projeção	Projeção	Projeção	Projeção
Receitas Correntes - Exceto Intraorçamentárias	220.894.381,52	278.339.370,56	292.237.897,84	307.326.418,76	318.262.286,05	326.803.283,38
(-) Aplicações Financeiras em Geral	255.807,43	7.793.237,08	4.950.000,00	6.019.885,98	6.366.168,14	6.653.386,91
(-) Aplicações Financeiras do RPPS	-	-	-	-	-	-
(-) Outras Receitas Financeiras	-	368.958,19	231.426,64	231.786,90	240.872,95	249.544,37
(=) Receitas Primárias Correntes (I)	220.638.574,09	270.177.175,29	287.056.471,20	301.074.745,88	311.655.244,97	319.900.352,10
Receitas de Capital - Exceto Intraorçamentárias	6.823.032,31	26.912.936,07	2.087.909,07	5.000.000,00	-	-
(-) Operações de Crédito	4.778.681,66	19.500.000,00	-	-	-	-
(-) Amortização de Empréstimos	-	-	-	-	-	-
(-) Alienação de Investimentos Temporários e Permanentes	-	-	-	-	-	-
(-) Outras Receitas de Capital - Não Primárias	-	-	-	-	-	-
(=) Receitas Primárias de Capital (II)	2.044.350,65	7.412.936,07	2.087.909,07	5.000.000,00	-	-
RECEITAS PRIMÁRIAS TOTAIS (III = I + II)	222.682.924,74	277.590.111,36	289.144.380,27	306.074.745,88	311.655.244,97	319.900.352,10
DESPESAS PRIMÁRIAS	2.022	2.023	2.024	2.025	2.026	2.027
	Pagamento	Pagamento	Pagto Estimado	Projeção	Projeção	Projeção
Despesas Correntes - Exceto Intraorçamentárias	186.384.005,61	258.167.598,08	265.280.602,96	287.637.728,58	294.226.514,94	301.902.224,86
(-) Juros e Encargos da Dívida	1.302.019,81	4.005.918,60	4.557.879,18	4.732.702,30	5.111.318,48	5.494.667,37
(=) Despesas Primárias Correntes (IV)	185.081.985,80	254.161.679,48	260.722.723,78	282.905.026,28	289.115.196,46	296.407.557,49
Despesas de Capital - Exceto Intraorçamentárias	30.770.543,96	48.610.295,42	29.045.203,95	24.688.690,18	24.035.771,11	24.901.058,52
(-) Concessão e Empréstimos e Financiamentos	-	-	-	-	-	-
(-) Aquisição de Títulos de Capital Já Integralizado	-	-	-	-	-	-
(-) Aquisição de Títulos de Crédito	-	-	-	-	-	-
(-) Amortização da Dívida	1.360.241,81	2.352.210,37	4.306.821,14	4.870.088,24	5.060.995,77	5.243.191,27
(=) Despesas Primárias de Capital (V)	29.410.302,15	46.258.085,05	24.738.382,81	19.818.601,94	18.974.775,34	19.657.867,25
DESPESAS PRIMÁRIAS ANTES DA RESERVA DE CONTINGÊNCIA (VI = IV + V)	214.492.287,95	300.419.764,53	285.461.106,59	302.723.628,22	308.089.971,80	316.065.424,74
RESERVA DE CONTINGÊNCIA - PREVISÃO (VII)	-	-	-	-	-	-
DESPESAS PRIMÁRIAS APÓS A RESERVA DE CONTINGÊNCIA (VIII = VI+ VII)	-	-	-	-	-	-
META DE RESULTADO PRIMÁRIO A SER CONSIDERADA (IX = III - VIII)	8.190.636,79	22.829.653,17	3.683.273,68	3.351.117,66	3.565.273,17	3.834.927,36

Município de : Vacaria
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2024
 ANEXO DE METAS FISCAIS
 METAS ANUAIS
 EXERCÍCIO DE 2024

AMF - Demonstrativo 1 (LRF, art. 4º, § 1º)

RS 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2023				2024				2025			
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a / PIB) x 100	% RCL (a / RCL) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b / PIB) x 100	% RCL (b / RCL) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c / PIB) x 100	% RCL (c / RCL) x 100
Receita Total	312.326.418,78	297.510.400,80		101,83%	318.282.286,05	291.728.911,42		100,00%	326.803.263,36	289.148.503,75		100,00%
Receitas Primárias (I)	306.074.745,88	291.555.262,32		99,59%	311.855.244,97	295.872.696,19		97,92%	319.900.352,10	283.040.938,88		97,89%
Receitas Primárias Correntes	301.074.745,88	286.762.480,36		97,97%	311.855.244,97	295.872.696,19		97,92%	319.900.352,10	283.040.938,88		97,89%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	54.422.859,60	51.840.878,85		17,71%	51.719.224,20	47.407.417,21		16,25%	52.415.542,73	46.378.142,85		16,04%
Contribuições	2.233.743,05	2.127.779,82		0,73%	2.341.891,64	2.148.649,28		0,74%	2.470.113,96	2.185.503,61		0,76%
Transferências Correntes	242.153.988,08	230.868.782,32		78,76%	255.263.898,10	233.982.641,45		80,21%	262.597.195,46	232.340.340,56		80,35%
Demais Receitas Primárias Correntes	2.264.355,15	2.158.939,58		0,74%	2.330.261,02	2.135.988,28		0,73%	2.417.499,66	2.138.951,87		0,74%
Receitas Primárias de Capital	6.000.000,00	4.762.811,88		1,83%	-	-		0,00%	-	-		0,00%
Despesa Total	312.326.418,78	297.510.400,80		101,83%	318.282.286,05	291.728.911,42		100,00%	326.803.263,36	289.148.503,75		100,00%
Despesas Primárias (II + III)	302.729.629,22	288.363.143,67		98,50%	308.099.671,80	282.404.658,15		96,80%	318.885.424,74	279.647.877,79		96,71%
Despesas Primárias Correntes	282.905.026,28	289.484.898,78		92,05%	289.115.199,46	285.011.800,75		90,84%	298.407.557,49	262.255.020,40		90,70%
Pessoal e Encargos Sociais	133.699.230,17	127.356.858,81		43,50%	137.560.353,56	128.082.012,67		43,22%	142.086.979,33	125.715.497,87		43,48%
Outras Despesas Correntes (Primárias)	149.205.796,11	142.127.830,17		48,55%	151.534.842,87	138.919.789,08		47,62%	154.320.678,16	136.536.522,53		47,22%
Despesas Primárias de Capital	19.818.603,94	18.878.454,89		6,45%	18.974.775,34	17.392.857,39		5,86%	19.657.867,25	17.392.857,39		6,02%
Pagamento de Restos a Pagar de Despesas Primárias	-	-		0,00%	-	-		0,00%	-	-		0,00%
Reserva de Contingência (II-a)	-	-		0,00%	-	-		0,00%	-	-		0,00%
Resultado Primário (II) = (I - II)	3.351.117,88	3.182.146,86		1,09%	3.565.273,17	3.268.038,05		1,12%	3.834.927,39	3.393.061,10		1,17%
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (IV)	-	-		0,00%	-	-		0,00%	-	-		0,00%
Resultado Primário (III) = (II - IV)	3.351.117,88	3.182.146,86		1,09%	3.565.273,17	3.268.038,05		1,12%	3.834.927,39	3.393.061,10		1,17%
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (V)	-	-		0,00%	-	-		0,00%	-	-		0,00%
Resultado Nominal - (VI) = (III + IV - V)	3.351.117,88	3.182.146,86		1,09%	3.565.273,17	3.268.038,05		1,12%	3.834.927,39	3.393.061,10		1,17%
Divida Pública Consolidada	33.181.217,46	31.607.179,90		10,80%	36.653.344,61	33.597.572,79		11,52%	35.638.107,12	31.530.059,76		10,80%
Divida Consolidada Líquida	-31.063.549,03	-28.899.898,59		-10,11%	-27.708.574,73	-28.398.890,84		-8,71%	-30.053.613,71	-26.590.789,86		-9,20%
Receitas Primárias advindas do PPP (VII)	-	-		0,00%	-	-		0,00%	-	-		0,00%
Despesas Primárias geradas por PPP (VIII)	-	-		0,00%	-	-		0,00%	-	-		0,00%
Impacto do saldo das PPPs (IX) = (VII - VIII)	-	-		0,00%	-	-		0,00%	-	-		0,00%

Conforme o item 02.00.02.01 do Manual dos Demonstrativos Fiscais, as METAS FISCAIS representam os resultados a serem alcançados para variáveis fiscais visando atingir os objetivos desejados quanto à trajetória de endividamento no médio prazo. Pelo princípio da gestão fiscal responsável, as metas representam a conexão entre o planejamento, a elaboração e a execução do orçamento. Esses parâmetros indicam os rumos da condução da política fiscal para os próximos exercícios e servem de indicadores para a promoção da limitação de empenho e de movimentação financeira.

- Para melhor entendimento, cabem aqui os seguintes conceitos:
- 1 - as receitas primárias correspondem às receitas fiscais líquidas, resultantes do somatório das receitas correntes e de capital, excluídas as receitas de aplicações financeiras (juros de títulos de renda, remuneração de depósitos e outras receitas de valores mobiliários), operações de crédito, amortização de empréstimos e alienação de investimentos permanentes e temporários;
 - 2 - as despesas primárias correspondem ao total da despesa orçamentária deduzidas as despesas com juros e amortização da dívida, aquisição de títulos de capital integralizado e as despesas com concessão de empréstimos com retorno garantido.
 - 3 - o resultado primário ACIMA DA LINHA corresponde à diferença entre as receitas primárias e despesas primárias evidenciando o esforço fiscal do Município, ressaltando-se que, para fins de equilíbrio formal entre os valores previstos, e de acordo com as instruções do item 03.06.05.01 do Manual dos Demonstrativos Fiscais, os valores projetados da Reserva de Contingência estão sendo somados às despesas primárias.
 - 4 - o resultado nominal que, para fins do Anexo e avaliação das metas fiscais deve ser calculado pelo critério ACIMA DA LINHA foi obtido a partir do resultado primário somado ao resultado da compensação entre os juros ativos e passivos, representado a variação do estoque da dívida;
 - 5 - a dívida pública consolidada é o montante apurado das obrigações financeiras do ente da Federação, inclusive as decorrentes de emissão de títulos, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados; as assumidas em virtude da realização de operações de crédito para amortização em prazo superior à doze meses ou que, embora de prazo inferior à doze meses, tenham constado como receitas no orçamento; dos precatórios judiciais emitidos a partir de 5 de maio de 2000 e não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos;
 - 6 - a dívida Consolidada Líquida - DCL - corresponde à dívida pública consolidada, deduzidos os valores que compreendem o ativo disponível e os haveres financeiros, líquidos dos Restos a Pagar Processados.

Premissas e Metodologia Utilizadas:

- 1 - Os parâmetros macroeconômicos utilizados na elaboração das estimativas constantes no Anexo de Metas Fiscais são relacionados na Tabela 01. Os números estão apresentados de duas formas. Em moeda corrente e em valores constantes (sem inflação). Esses indicadores foram utilizados na composição da estimativa de receita que considero a média de arrecadação, em cada fonte, tomando por base as receitas arrecadadas nos últimos três exercícios (2018, 2019 e 2020) e os valores estimados para o exercício atual (2021), além das premissas consideradas como verdadeiras e relacionadas, por exemplo, ao índice de inflação, crescimento do PIB, atualização da planta de valores do IPTU, ampliação do perímetro urbano da cidade, políticas de combate à evasão e à sonegação fiscal, comportamento das receitas oriundas de transferências da União e do Estado, dentre outros.
- 2 - Em relação às despesas correntes, foram considerados os parâmetros de inflação, crescimento vegetativo e aumento real, quando cabível, das despesas de custeio. Em relação aos investimentos, além da inflação, considerou-se a estimativa de crescimento real dessas despesas em nível que viabilize a sua expansão a fim de garantir, precipuamente, a conclusão dos projetos em andamento demonstrados no Anexo IV. Asseguraram-se, ainda, os recursos para pagamento das obrigações decorrentes de juros e amortização da dívida pública.
- 3 - No tocante às despesas com pessoal, em específico, foi considerado o provável efeito da revisão geral anual prevista na Constituição, o crescimento vegetativo da folha salarial e eventual aumento acima dos níveis inflacionários. As Tabelas 03 e 04 demonstram, respectivamente, as projeções para a Receita Corrente Líquida e Limites para os Gastos com Pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo.
- 4 - Considera-se o PIB e o IPCA como as principais variáveis para explicar o crescimento nominal das receitas, visto que boa parte das receitas tributárias e não tributárias, bem como as transferências constitucionais e legais acompanham o ritmo das atividades econômicas de âmbito nacional. Assim, para os exercícios de 2023, 2024 e 2025, considerou-se um crescimento do Produto Interno Bruto nacional de 0,40%, 1,70% e 2,00% e das taxas de inflação (IPCA), de 5,33%, 3,3% e 3,00%, respectivamente, cujas projeções decorrem do sistema de expectativa de mercado, segundo informações do site do Banco Central do Brasil.
- 5 - Outro ponto importante a ser destacado é que a receita do Município, conforme estabelece o § 3º, do art. 1º da Lei Complementar nº 101/00, compreende as receitas de todos os órgãos da Administração Pública Municipal, inclusive as receitas intraorçamentárias.
- 6 - Em relação ao cálculo do Resultado Primário e do Resultado Nominal, considero a metodologia estabelecida na Portaria STN nº 375/2020 e suas alterações. Os resultados primários previstos para os três exercícios são considerados suficientes para manutenção do equilíbrio fiscal. Cabe ponderar que, nos termos do art. 2º da LDO, o resultado primário poderá ser revisado por ocasião da elaboração da Lei Orçamentária Anual ou durante o exercício de 2023. O resultado nominal reflete a variação do endividamento fiscal líquido entre as datas referidas. A memória de cálculo do Resultado Primário e Nominal pelo critério acima da linha está especificada na Tabela 06.
- 7 - Na estimativa do montante da dívida consolidada para 2023, 2024 e 2025, utilizou-se, como parâmetro de correção a previsão da média anual para a taxa de juros SELIC, de 11%, 8% e 7,50%, segundo informações do site do Banco Central do Brasil.
- 8 - Já na apuração do montante da dívida líquida, os valores das Disponibilidades Financeiras foram calculados levando-se em consideração o provável saldo existente em 31/12/2022, projetando-se os valores futuros com base nos percentuais médios dos valores realizados no ano anterior.
- 9 - Isso posto, podemos elencar, a partir da leitura das projeções estabelecidas para o ano de referência da LDO, os números mais representativos no contexto das projeções:
- 9.1 - A receita total estimada para o exercício de 2023, consideradas todas as fontes de recursos é de R\$ 279.245.130,05, a pretos correntes que, deduzidas das receitas financeiras, representadas pelos Rendimentos das Aplicações Financeiras (R\$ 4.655.653,99), das resultantes de Operações de Crédito (R\$ 0,00), das Aliações de Investimentos (R\$ 4.590.768,32) e das resultantes de Amortização de Empréstimos Concedidos (R\$ 0,00), resultam numa Receita Primária de R\$ 269.998.707,74.
- 9.2 - As despesas do Município foram programadas segundo o comportamento previsto da receita, sendo que o maior objetivo é manter, ou ainda, ampliar a capacidade própria de investimentos, sem comprometer o equilíbrio financeiro. Assim, consideradas todas as fontes de recursos, a despesa total está prevista em R\$ 279.245.130,05. Deduzindo-se as despesas financeiras com juros e encargos da dívida, estimadas em R\$ 4.868.000,00, mais as despesas com Concessão de Empréstimos e Financiamentos, no valor de R\$ 0,00, a Amortização da Dívida Pública, estimada em R\$ 3.954.000,00, e, tem-se que as despesas primárias para 2023 foram previstas em R\$ 240.423.130,05. A Tabela 02 evidencia o detalhamento das projeções da receita e despesa.
- 9.3 - Cotejando-se o valor previsto para as receitas e despesas primárias em valores correntes, chega-se à meta de resultado primário de 2023 que foi inicialmente prevista em R\$ 3.984.871,66 a qual entendemos como necessária e suficiente para preservar o equilíbrio nas contas públicas. No entanto, ressaltamos que, a depender do comportamento das variáveis macroeconômicas, ou na hipótese de frustração de arrecadação, a meta poderá ser alterada, conforme expressa previsão do art. 2º da LDO.
- 10 - Em relação ao estoque da dívida, esse corresponde à posição em dezembro de cada exercício, considerando a previsão das amortizações e das liberações a serem realizadas no respectivo período, estando os valores evidenciados na Tabela 05.

Município de : Vacaria
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
EXERCÍCIO DE 2022

AMF - Demonstrativo 2 (LRF, art. 4º, §2º, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	I-Metas Previstas em 2022 (a)	% PIB	% RCL	II-Metas Realizadas em 2024 (b)	% PIB	% RCL	Variação	
							Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total	230.234.522,48		81,86%	306.252.306,63		108,54%	75.017.784,15	32,58%
Receita Primárias (I)	225.296.250,01		80,11%	273.269.782,53		97,16%	47.973.532,52	21,29%
Despesa Total	230.234.522,48		81,86%	306.777.893,50		109,08%	76.543.371,02	33,25%
Despesa Primárias (II)	227.604.522,48		80,93%	300.419.764,53		106,82%	72.815.242,05	31,99%
Resultado Primário (I-II)	- 2.308.272,47		-0,82%	- 27.149.982,00		-9,65%	- 24.841.709,53	-1076,20%
Resultado Nominal	-		0,00%			0,00%	-	-
Dívida Pública Consolidada	22.972.899,19		8,17%	39.705.057,08		14,12%	16.732.157,89	72,83%
Dívida Consolidada Líquida	- 5.950.428,02		-2,12%	- 20.665.457,79		-7,35%	- 14.715.029,77	247,29%

Valor da Receita Corrente Líquida de 2022 R\$ 281.243.816

O objetivo deste demonstrativo é estabelecer uma comparação entre as metas fixadas e o resultado obtido no exercício anterior ao da edição da LDO (2020), incluindo análise dos fatores determinantes para o alcance ou não dos valores estabelecidos como metas, visando a atender o disposto no art. 4º, § 2º, inciso I da LRF.

Assim, conforme demonstrado em audiência pública de avaliação das metas fiscais relativas ao terceiro quadrimestre do exercício financeiro de 2021 (art. 9º, § 4º da LRF), o resultado primário, ficou em R\$ 29.625.099,74, valor 1.383,43% superior à meta estabelecida para o ano, que era de R\$ -2.308.272,47. O desempenho verificado demonstra que o ingresso das receitas primárias (não financeiras) foi capaz de suportar o total das despesas primárias (não financeiras) do exercício.

As receitas não financeiras totalizaram R\$ 1.736.735,32, superando em 638,39% a projeção para o período de R\$ 272.048,94. As despesas não financeiras atingiram R\$ 2.227.417,45, estabelecendo-se 15,31% abaixo da previsão orçamentária. Não obstante a sua retração, corresponderam a 0,22% do total das receitas primárias não comprometendo, dessa forma, a obtenção do superávit primário.

Em parte, esse resultado é em decorrência do desempenho favorável apresentado pela receita, tendo sido fortemente condicionado pelo comportamento das receitas correntes, que apresentaram um incremento de 20,74% em relação ao valor consignado no orçamento. Destaca-se no exercício de 2021 o desempenho dos grupos de receita tributária, patrimonial e de transferências correntes, que superaram a expectativa, respectivamente, em 16,46%, 57,83% e 27,78%.

A dívida consolidada totalizou R\$ 20.380.341,16, valor -3,98% inferior ao saldo de R\$ 21.225.366,77 estimado para o exercício. Tal comportamento é reflexo do aumento dos desembolsos da amortização da dívida que totalizou em 2021 R\$ 1.343.673,90, valor 184% maior que a projeção consignada na Lei do Orçamento de R\$ 730.000,00.

No anexo de metas fiscais, que acompanhou a LDO para 2021, estipulou-se o montante da dívida fiscal líquida em R\$ -87.971,47. Contudo, os resultados efetivamente apurados e especificados no Relatório Resumido de Execução Orçamentária, e avaliados ao final daquele exercício apontam que o estoque da dívida, atualizado em dezembro daquele ano era de R\$ - 11.127.502,99 que, comparado com o montante apurado ao final do ano anterior (2020,) apresentou um decréscimo de R\$ 11.215.474,46, valor este, que, de acordo com os conceitos estabelecidos no Manual dos Demonstrativos Fiscais, representa o Resultado Nominal pelo critério Abaixo da Linha.

Município de : Vacaria
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
EXERCÍCIO DE 2023

AMF - Demonstrativo 3 (LRF), R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2022	2023	Variação %	2024	Variação %	2025	Variação %	2026	Variação %	2027	Variação %
Receita Total	227.717.413,83	230.234.522,48	1,11%	275.289.536,70	19,57%	312.326.418,76	13,45%	318.262.286,05	1,90%	326.803.283,38	2,68%
Receitas Primárias (I)	222.682.924,74	225.296.250,01	1,17%	251.236.439,28	11,51%	306.074.745,88	21,83%	311.655.244,97	1,82%	319.900.352,10	2,65%
Despesa Total	211.282.869,82	230.234.522,48	8,97%	275.289.536,70	19,57%	312.326.418,76	13,45%	318.262.286,05	1,90%	326.803.283,38	2,68%
Despesas Primárias (II)	209.100.940,55	227.604.522,48	8,85%	270.247.417,35	18,74%	302.723.628,22	12,02%	308.089.971,80	1,77%	316.065.424,74	2,59%
Resultado Primário (I - II)	13.581.984,19	- 2.308.272,47	-117,00%	- 19.010.978,07	723,60%	3.351.117,66	-117,63%	3.565.273,17	6,39%	3.834.927,36	7,56%
Resultado Nominal	13.581.984,19	- 2.308.272,47	-117,00%	- 19.010.978,07	723,60%	3.351.117,66	-117,63%	3.565.273,17	6,39%	3.834.927,36	7,56%
Divida Pública Consolidada	21.225.366,77	22.972.899,19	8,23%	37.073.759,29	61,38%	33.181.217,46	-10,50%	36.653.344,61	10,46%	35.636.107,12	-2,78%
Divida Consolidada Líquida	- 11.127.502,99	- 5.950.428,02	-46,53%	- 31.390.717,36	427,54%	- 31.063.549,03	-1,04%	- 27.706.574,73	-10,81%	- 30.053.613,71	8,47%

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2022	2023	Variação %	2024	Variação %	2025	Variação %	2026	Variação %	2027	Variação %
Receita Total	252.267.054,37	244.025.570,38	-3,27%	275.289.536,70	12,81%	297.510.400,80	8,07%	291.728.911,42	-1,94%	289.148.503,75	-0,88%
Receitas Primárias (I)	246.689.809,70	238.791.495,39	-3,20%	251.236.439,28	5,21%	291.555.292,32	16,05%	285.672.696,19	-2,02%	283.040.938,88	-0,92%
Despesa Total	234.060.743,58	244.025.570,38	4,26%	275.289.536,70	12,81%	297.510.400,80	8,07%	291.728.911,42	-1,94%	289.148.503,75	-0,88%
Despesas Primárias (II)	231.643.586,02	241.238.033,38	4,14%	270.247.417,35	12,03%	288.363.143,67	6,70%	282.404.658,15	-2,07%	279.647.877,79	-0,98%
Resultado Primário (I - II)	15.046.223,68	- 2.446.537,99	-116,26%	- 19.010.978,07	677,06%	3.192.148,66	-116,79%	3.268.038,05	2,38%	3.393.061,10	3,83%
Resultado Nominal	15.046.223,68	- 2.446.537,99	-116,26%	- 19.010.978,07	677,06%	3.192.148,66	-116,79%	3.268.038,05	2,38%	3.393.061,10	3,83%
Divida Pública Consolidada	23.513.620,07	24.348.975,85	3,55%	37.073.759,29	52,26%	31.607.179,90	-14,75%	33.597.572,79	6,30%	31.530.059,76	-6,15%
Divida Consolidada Líquida	- 12.327.131,05	- 6.306.858,66	-48,84%	- 31.390.717,36	397,72%	- 29.589.968,59	-5,74%	- 25.396.690,84	-14,17%	- 26.590.789,86	4,70%

Conforme o Manual dos Demonstrativos Fiscais da STM, o objetivo do Demonstrativo é dar transparência às informações sobre as metas fiscais dos três exercícios anteriores e dos três exercícios seguintes, para uma melhor avaliação da política fiscal, de forma a permitir a análise da política fiscal em uma linha do tempo, combinando execução passada e perspectivas futuras, validando a consistência dessas últimas. Assim, são demonstradas as metas fiscais previstas para o exercício da LDO (2023), em comparação com as estabelecidas para os três exercícios anteriores (2020, 2021 e 2022), bem como para os dois seguintes (2024 e 2025), referentes à Receita Total, Receitas Não Financeiras, Despesas Não Financeiras, Resultado Primário, Resultado Nominal, Divida Pública Consolidada e Divida Consolidada Líquida, cumprindo, assim, a disposição contida no art. 4º, § 2º, inciso II, da LRF.

Os valores relativos às previsões de Receitas, Despesas e Resultado Primário de 2020, 2021 e 2022 foram atualizados pelas respectivas Leis Orçamentárias Anuais. Já os valores da previsão do Resultado Nominal, Divida Consolidada e Divida Consolidada Líquida, foram extraídos dos anexos de metas fiscais das respectivas LDO.

Já em relação às previsões para os exercícios de 2023, 2024 e 2025, os valores, a metodologia, as premissas utilizadas e a respectiva memória de cálculo são as mesmas utilizadas para o estabelecimento das metas explicitadas no Demonstrativo 1 - de Metas Anuais, evidenciando assim a sua consistência.

Município de : Vacaria
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 EXERCÍCIO DE 2024

AMF - Demonstrativo 4

R\$ 1,00

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2022	%	2021	%	2020	%
Patrimônio/Capital	269.095.723,33	89,86%	207.433.161,97	77,09%	172.115.819,09	82,97%
Reservas		0,00%		0,00%		0,00%
Resultado Acumulado	30.350.399,91	10,14%	61.662.561,36	22,91%	35.317.342,88	17,03%
TOTAL	299.446.123,24	100,00%	269.095.723,33	100,00%	207.433.161,97	100,00%

CONSOLIDAÇÃO GERAL

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2022	%	2021	%	2020	%
Patrimônio/Capital	269.095.723,33	89,86%	207.433.161,97	77,09%	172.115.819,09	82,97%
Reservas	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
Resultado Acumulado	30.350.399,91	10,14%	61.662.561,36	22,91%	35.317.342,88	17,03%
TOTAL	299.446.123,24	100,00%	269.095.723,33	100,00%	207.433.161,97	100,00%

O presente demonstrativo visa a demonstrar a evolução do Patrimônio Líquido nos três exercícios anteriores ao da edição da LDO (2018, 2019 e 2020), cumprindo, dessa forma, o disposto no art. 4º, § 2º, inciso III, da LRF.

Conforme estabelecido pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, o Patrimônio Líquido representa o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos seus passivos. Integram o Patrimônio Líquido o patrimônio (no caso dos órgãos da administração direta) ou capital social (no caso das empresas estatais), as reservas de capital, os ajustes de avaliação patrimonial, as reservas de lucros, as ações em tesouraria, os resultados acumulados e outros desdobramentos do saldo patrimonial. Nesse aspecto, cumpre destacar que, na linha "Resultado Acumulado", **foram considerados os valores de ajustes de exercícios anteriores**, os quais, apesar de não terem sido considerados na apuração do resultado do exercício, tiveram influência da variação do saldo do Patrimônio Líquido.

É preciso enfatizar que a Administração Direta do Município, bem como as Autarquias e as Fundações Públicas, seguem as normas da Lei Federal nº 4.320/64, não apresentando no seu balanço as nomenclaturas previstas na Lei Federal nº 6.404/76. Assim, em vez de "Resultado Acumulado", o Município utiliza a nomenclatura de "Superávit ou Déficit do Exercício".

Em termos consolidados, a evolução do Patrimônio Líquido do Município, nos últimos três exercícios, demonstrada para o período de 2019 a 2021, aponta que o saldo patrimonial aumentou de R\$ 168.141.702,53 em 31.12.2019 para R\$ 264.908.906,03 em 31.12.2021.

Município de : Vacaria
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS
 EXERCÍCIO DE 2024

AMF - Demonstrativo 5 (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS REALIZADAS	2022	2021	2020
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES A 2020			284.565,21
RECEITAS DE CAPITAL	4.689.287,02	-	-
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	4.689.287,02	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	4.689.287,02	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-
Rendimento de Aplicações Financeira de Alienac de Bens	384.077,35	4.442,90	621,40
TOTAL	5.073.364,37	4.442,90	285.186,61

DESPESAS EXECUTADAS	2022	2021	2020
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS			
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	103.480,82
Investimentos		-	103.480,82
Inversões Financeiras			
Amortização da Dívida		-	
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVID.	-	-	-
Regime Geral de Previdência Social	-		
Regime Próprio dos Servidores Públicos			
TOTAL	-	-	103.480,82
SALDO FINANCEIRO			
	5.259.513,06	186.148,69	181.705,79

O demonstrativo acima tem por objetivo destacar as origens e as aplicações dos recursos obtidos, pelo Município, com a alienação de ativos, ocorridos nos 3 exercícios anteriores ao da edição da LDO (2020, 2021 e 2022).

Os dados apresentados permitem afirmar que o Município tem aplicado corretamente os recursos obtidos, na forma prescrita pelo art. 44 da Lei de Responsabilidade Fiscal que prescreve que "é vedada a aplicação da receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência, geral e próprio dos servidores públicos."

Município de : Vacaria
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO
 EXERCÍCIO DE 2024

AMF - Demonstrativo 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00

EVENTO	Valor Previsto 2022
Aumento Permanente da Receita	
Decorrente de Receitas Tributárias	
Decorrente de Transferências Correntes	
(-) Transferências ao FUNDEB	
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	
Redução Permanente de Despesa (II)	
Margem Bruta (III) = (I+II)	
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	
Impacto de Novas DOCC	
Relativas a Pessoal e Encargos Sociais	
Relativas a Outras Despesas Correntes	
Margem Líquida de Expansão de DOCC (III-IV)	-

Declaramos para os devidos fins, que a expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado, no exercício financeiro de 2024, adequar-se-ão às receitas do Município.

Município de : Vacaria
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE RISCOS FISCAIS
 DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS
 EXERCÍCIO DE 2024

ARF (LRF, art 4º, § 3º)

R\$ 1,00

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Demandas Judiciais	-		
Dívidas em Processo de Reconhecimento			
Avais e Garantias Concedidas			
Assunção de Passivos			
Assistências Diversas	650.000,00	Uso da Reserva de Contigência	650.000,00
Outros (emenda parlamentares)	3.375.000,00	Uso da Reserva de Contigência	3.375.000,00
SUBTOTAL	4.025.000,00	SUBTOTAL	4.025.000,00

DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Frustração de Arrecadação			
Restituição de Tributos a Maior			
Discrepância de Projeções:			
Outros Riscos Fiscais			
SUBTOTAL	-	SUBTOTAL	-
TOTAL	4.025.000,00	TOTAL	4.025.000,00

O Anexo de Riscos fiscais tem por objetivo especificar eventuais riscos que possam impactar negativamente nas contas públicas, indicando de forma preventiva as providências a serem tomadas caso as situações acima descritas venham a ocorrer, cumprindo desta forma o disposto no art. 4º, § 3º da LRF.

1 - Os valores referente aos **PASSIVOS CONTINGENTES**, representam a estimativa de possível obrigações em 2024, cuja existência será confirmada somente em caso de ocorrência de um mais eventos futuros que não estão totalmente sob o controle do Município entidade. Também poderão representar possíveis obrigações decorrentes de eventos passados, mas que não estão reconhecidas contabilmente e tampouco contam com previsão de recursos no orçamento porque é improvável a sua liquidação em 2024.

2 - Os **DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS** estão relacionados principalmente aos riscos orçamentários relacionados com a possibilidade da ocorrência de impactos negativos na execução orçamentária, devido a fatores tais como as receitas previstas não se realizarem (frustração de à necessidade de execução de despesas inicialmente não fixadas (abertura de créditos especiais e/opu extraordinários) ou orçadas a menor (créditos suplementares).